

Uma Análise do Comportamento Contracultural: Perspectivas e Desafios

A Countercultural Behavior Analysis: Perspectives and Challenges

Un Análisis del Comportamiento Contracultural: Perspectivas y Retos

Carolina Laurenti^{1,2}, Carlos Eduardo Lopes^{1,2}

[1] Universidade Estadual de Maringá [2] Universidade Estadual de Londrina | **Título abreviado:** Análise do Comportamento Contracultural | **Endereço para correspondência:** Carolina Laurenti – Departamento de Psicologia (bloco 118, sala 04) – Universidade Estadual de Maringá – Avenida Colombo, 5790, Jardim Universitário. CEP: 87020-900 – Maringá/PR | **Email:** claurenti@uem.br | **doi:** org/10.18761/DH00024.jan22

Resumo: Um grupo pode ser considerado contracultural quando suas ações contestam explicitamente valores e práticas culturais dominantes de uma sociedade, com o intuito de construir uma nova forma de organização social. O objetivo deste ensaio é mostrar que a Análise do Comportamento tem um potencial contracultural que pode ser explorado no enfrentamento de práticas culturais opressivas e excludentes que vigoram no Brasil. O potencial contracultural da Análise do Comportamento decorre da concepção multidimensional, antiessencialista e antimentalista de ser humano, defendida pelo Comportamentalismo Radical. Esses elementos ganham relevo quando redescritos em uma análise política, destacando que práticas opressivas (e.g., sexismo, LGBTfobia, racismo) e práticas de ocultamento das opressões são parte da cultura dominante em nossa sociedade. Concluímos defendendo a necessidade de abandono da neutralidade política, o que não significa abdicar da objetividade e da busca por um conhecimento confiável, mas opor-se a práticas científico-profissionais indulgentes com projetos de sociedade exploratórios e injustos.

Palavras-chave: Análise do Comportamento; neutralidade científica; culturas; contracultura; compromisso social.

Abstract: A group can be considered countercultural when its actions explicitly contest dominant values and cultural practices, to build a new form of social organization. This essay aims to show that Behavior Analysis has a countercultural potential that can be explored in confronting oppressive cultural practices that prevail in Brazil. The countercultural potential of Behavior Analysis is found in the multidimensional, anti-essentialist and anti-mentalist conception of the human being, defended by Radical Behaviorism. These elements have more prominence when analyzed politically, considering oppressive practices (e.g., sexism, LGBTphobia, and racism) and practices of concealment of oppression that are part of the dominant culture in our country. We conclude by defending the need to abandon political neutrality, which does not mean abdicating objectivity and the search for reliable knowledge, but opposing scientific and professional practices that are compatible with exploitative and unfair society projects.

Keywords: Behavior Analysis; scientific neutrality; cultures; counterculture; social commitment.

Resumen: Un grupo puede ser considerado contracultural cuando sus acciones cuestionan explícitamente los valores y prácticas culturales dominantes de una sociedad, con el fin de construir una nueva forma de organización social. Este ensayo tiene como objetivo mostrar que el Análisis del Comportamiento tiene un potencial contracultural que puede explorarse al enfrentar las prácticas culturales opresivas que prevalecen en Brasil. El potencial contracultural del Análisis del Comportamiento surge de la concepción multidimensional, anti-esencialista y anti-mentalista del ser humano, defendida por el Conductismo Radical. Estos elementos tienen más protagonismo cuando se analizan políticamente, considerando las prácticas opresivas (p. Ej., Sexismo, LGBTfobia y racismo) y prácticas de ocultación de la opresión que son parte de la cultura dominante en nuestro país. Concluimos defendiendo la necesidad de abandonar la neutralidad política, que no significa abdicar de la objetividad y la búsqueda de un conocimiento confiable, sino oponerse a las prácticas científico-profesionales que son indulgentes con proyectos de sociedad explotadora e injusta.

Palabras clave: Análisis de la conducta; neutralidad científica; culturas; contracultura; compromiso social.

Uma ciência que reproduz, com linguagem erudita ou jargão técnico ou estatístico (ambos destinados a causar no leitor a aparência de cientificidade), os clichês do senso comum não é ciência. Ao contrário, ela funciona como um suporte ideológico às relações injustas e desiguais do senso comum que são reafirmadas agora com a “autoridade” da ciência. (Souza, 2020, p. 61)

Desde as primeiras formulações epistemológicas modernas, a ciência tem sido caracterizada pelo emprego de um método que visa garantir a objetividade do conhecimento produzido. Bacon (1620/1944), por exemplo, defendia que o método era necessário porque “o intelecto humano não se assemelha a uma luz pura, pois admite uma mistura da vontade e das paixões, que gera um sistema próprio ajustado a elas; daí o homem sempre acreditar mais prontamente no que ele prefere” (§ 49). Em outras palavras, as “vontades e paixões” humanas interferem no conhecimento das coisas, tornando altamente provável que as pessoas confundam o que *gostaria* que fosse pelo que *é*. O método ajudaria a superar essa limitação humana, “neutralizando” as vontades e as paixões, gerando, assim, um conhecimento o mais objetivo possível, em contraste com os vieses subjetivos do conhecimento comum e ametódico.

O caráter objetivo do conhecimento científico é, por vezes, tratado como sinônimo de neutralidade política. De acordo com essa concepção, a ciência seria isenta de valores sociais, “definidos como aqueles que podem variar de cultura para cultura, de época para época, ao longo da história de cada cultura, e de grupo social para grupo social, nas sociedades marcadas por contradições internas” (Oliveira, 2008, p. 98). O raciocínio para essa identificação entre objetividade e neutralidade política parece ser o seguinte: se o método neutraliza as vontades e paixões de pesquisadores, os valores sociais também seriam eliminados no processo de produção de conhecimento científico, tornando esse conhecimento independente de seu contexto sócio-histórico.

Essa suposta descontextualização do fazer científico é acentuada pela defesa de que a pesquisa científica é movida por uma curiosidade

pura, que motivaria os cientistas a buscar o conhecimento pelo conhecimento, sem qualquer “contaminação” contextual. Em recente publicação, Bast (2020) compara essa curiosidade científica à curiosidade de crianças, enfatizando, com isso, a “pureza” dessa motivação: “A ciência em sua forma básica mais pura é, de fato, impulsionada pela curiosidade e desejo inato do ser humano de conhecer as maravilhas da natureza. Essa curiosidade científica é semelhante à curiosidade de uma criança” (p. 21).

Narrativas históricas anedóticas sobre a ciência moderna consolidaram essa visão. Um exemplo é a famosa estória de que Newton descobriu a lei da gravitação universal observando a queda de uma maçã (às vezes acrescida do detalhe pitoresco de que a maçã teria caído na cabeça do “distraído” cientista). Contrariando essa imagem neutra da descoberta científica, Cohen (1981) defende que a estória pode ter sido inventada pelo próprio Newton com uma motivação bem pouco nobre: “provar” que ele teria chegado à lei da gravitação universal 20 anos antes de Robert Hooke ter lhe enviado uma carta, na qual indicava que “a força centrípeta que atrai um planeta em direção ao sol varia inversamente com o quadrado da separação [entre eles]” (p. 167). De acordo com Cohen, as anotações e correspondências de Newton mostram que ele não estava no caminho correto antes de ter recebido a carta de Hooke. A indicação de Hooke foi crucial para que Newton chegasse a uma nova compreensão do movimento celeste, que culminou na lei da gravitação universal (dois corpos atraem-se com força diretamente proporcional ao produto de suas massas e inversamente proporcional ao quadrado da distância entre os seus centros de gravidade). O exemplo de Newton sugere que a pura curiosidade e, conseqüentemente, a independência do contexto social, é mais um recurso retórico de cientistas (por muito tempo reforçado por historiadores da ciência), do que uma descrição acurada do processo de produção de conhecimento (Alfonso-Goldfarb, 2004).

Uma objeção ainda mais direta à tese da neutralidade política da ciência pode ser encontrada na história da ciência moderna. Geralmente empregada para tratar das mudanças sócio-históricas ocorridas a partir do século 17 na Europa, a expres-

são *revolução científica* indica o caráter político do projeto científico moderno. A ciência moderna foi uma das principais facetas de uma revolta contra os valores de uma cultura medieval, pautados no princípio de autoridade e na imposição de dogmas religiosos (Mariconda, 2006). A defesa dos fatos (em contraposição aos valores religiosos), como o árbitro para a tomada de decisão, deve ser entendida nesse contexto social. Mesmo aquelas partes mais “básicas” da ciência moderna, como a astronomia, não eram motivadas simplesmente por uma curiosidade em relação aos corpos celestes, mas eram parte de um movimento cultural de ataque à cosmologia sustentada pela Escolástica (Laurenti, Lopes & Abib, 2020).

A ciência moderna também contava com um novo projeto de sociedade, no qual a fé e o medo seriam substituídos pela razão e pelo conhecimento do verdadeiro funcionamento da natureza, e os problemas humanos seriam resolvidos pelo desenvolvimento científico e tecnológico (Bauman, 2006/2008). Ao considerar que o projeto científico moderno estava em franca oposição aos valores vigentes na sociedade da época, a conclusão mais adequada é de que a ciência moderna nasce como um movimento contracultural, comprometida, portanto, com valores sociais específicos (Laurenti, Lopes, & Abib, 2020).

A noção de contracultura ganhou força a partir dos anos 1960, sendo utilizada predominantemente para descrever os movimentos de protesto, protagonizados por jovens, que estavam ocorrendo nessa época, ao redor do mundo (Hirsch Jr., Kett, & Trefil, 2002). O prefixo *contra* torna evidente o caráter de contestação da cultura dominante daquele período, caracterizada pelo consumismo, autoritarismo e conservadorismo. Ao mesmo tempo, a oposição explícita à dimensão cultural afastaria os movimentos contraculturais de discursos políticos “tradicionais”, que viam a dimensão econômica como a principal fonte dos problemas sociais (ver Roszak, 1969). Justamente por isso, a noção de contracultura tem sofrido críticas que destacam o caráter “alienado” dos movimentos assim qualificados, na medida em que “longe de enfraquecer o sistema cultural, eles [os movimentos contraculturais] contribuem para renová-lo e para desenvolver sua dinâmica própria. Um movimento de ‘contracultura’

não produz uma cultura alternativa à cultura que ele denuncia” (Cucho, 1996/1999, p. 102).

Sem desconsiderar a pertinência dessas críticas, a noção de contracultura pode ser revigorada com estudos sociológicos recentes que têm apresentado uma revisão crítica da sociedade brasileira enfatizando, justamente, sua dimensão cultural (e.g., Souza, 2018, 2020). Sob esse novo lume, o termo *contracultura* é empregado, aqui, em um sentido mais amplo, para designar ações de um grupo organizado que contestam explicitamente os valores e práticas culturais dominantes, com o intuito de construir uma sociedade menos opressiva e mais justa.

A Análise do Comportamento é composta pelos comportamentos (e produtos dos comportamentos) de professores, pesquisadores, terapeutas, estudantes, modelados e mantidos por contingências e regras difundidas por uma comunidade verbal autodenominada analítico-comportamental. Essa comunidade verbal é, por sua vez, parte de uma sociedade, compartilhando algumas de suas práticas culturais. Isso nos leva a uma ilação carregada de consequências políticas: analistas do comportamento sempre estão trabalhando *em* uma sociedade. As decorrências políticas dessa tese aparecem quando se pergunta *como* é a sociedade na qual analistas do comportamento desempenham suas atividades científico-profissionais, e, principalmente, se tais atividades estão orientadas para a transformação ou manutenção dessa sociedade.

O objetivo deste ensaio é mostrar o potencial contracultural da Análise do Comportamento, decorrente de um compromisso com o Comportamentalismo Radical. Essa tese é de especial importância quando se constata que na sociedade brasileira vigoram práticas culturais sexistas, LGBTfóbicas e racistas. Trata-se, portanto, de indicar que alguns elementos do Comportamentalismo Radical permitem uma atuação de analistas do comportamento antitética a essas práticas culturais excludentes e opressivas, além de poderem balizar um engajamento na construção de uma sociedade mais igualitária e justa.

O texto inicia com a caracterização de dois tipos de práticas culturais dominantes em nosso país, que operam em conjunto na manutenção da iniquidade social: práticas opressivas e práticas de ocultamen-

to das opressões. Na sequência, são indicados três elementos do Comportamentalismo Radical (multidimensionalidade, antiessencialismo e antimentalismo), que tornam essa filosofia eminentemente contracultural. Por fim, são indicados desafios para a consolidação de uma Análise do Comportamento contracultural, que envolvem, sobretudo, o abandono da neutralidade política e o estabelecimento de uma prática transformadora na área.

Práticas culturais dominantes na sociedade brasileira

A proposta de uma Análise do Comportamento contracultural depende, primordialmente, de uma análise “realista” e concreta da sociedade brasileira. Seguindo por esse caminho, serão destacados dois conjuntos de práticas culturais dominantes nessa sociedade. O primeiro diz respeito a práticas opressivas responsáveis por altos índices de violência e desigualdade em relação a certos grupos sociais. O segundo conjunto de práticas culturais dominantes são aquelas responsáveis pelo “apagamento” dessa realidade social, tornando a maioria das pessoas insensíveis a ela.

Práticas culturais opressivas

Quando dizemos que a Análise do Comportamento estuda o ‘comportamento humano’ é comum destacar que se trata de uma concepção específica de comportamento, que afasta o Comportamentalismo Radical de outras propostas psicológicas, incluindo outros comportamentalismos (Abib, 2004; Lopes, 2008). Menos comum, mas igualmente importante, é a pergunta sobre a visão de ‘humano’ que subjaz a essa expressão. A resposta não se encontra em uma concepção taxonômica de humanidade, que designa como ‘humano’ os membros da espécie *homo sapiens*. Quando examinada no âmbito de nossa sociedade, a noção de humanidade tem características mais concretas e é bem menos inclusiva.

Historicamente, a noção de humanidade tem sido constituída nas sociedades modernas por práticas de exclusão e desigualdade (Souza, 2018). Indivíduos e grupos com mais poder (financeiro e simbólico) têm mais chances de ter suas vozes

ouvidas, de ter seus direitos reconhecidos, de deixar suas marcas na história, forjando, assim, uma noção de ser humano à sua imagem e semelhança (Bandeira & Batista, 2002; Collins, 2000). Em sociedades ocidentais, incluindo a brasileira, a concepção de humanidade tem o “centro” ocupado por um *tipo* de indivíduo bem específico: o homem branco, cisgênero, heterossexual, instruído, rico. A proximidade com esse centro, ou seja, a identificação com a maioria dessas características, torna-se o critério, mais ou menos explícito, para a avaliação do “grau de humanidade” de um indivíduo.

Por conseguinte, grupos como mulheres, transgêneros, negros(as), indígenas, pessoas que mantêm relações homoafetivas, pobres, analfabetos(as) são ontologicamente desumanizados em nossa sociedade. Isso não é uma questão puramente teórica ou semântica, mas a base de práticas culturais de exclusão, opressão e preconceito. Pertencer a um desses grupos retira do indivíduo direitos considerados básicos para um ser humano, ao mesmo tempo em que legitima comportamentos que não seriam tolerados em relação ao “ser humano padrão”, colocando-o, assim, em uma situação de vulnerabilidade social (ver Mendes & Silva, 2020; Wanzinack, Signorelli, & Reis, 2018). Quanto mais distante do “centro” de humanidade, menores as chances de um indivíduo ter acesso a condições econômicas, educacionais, legais, sanitárias, culturais que promovem repertórios que são valorizados em nossa sociedade. Um círculo vicioso é, assim, gerado: esses indivíduos não estão expostos ao processo de aprendizagem que os torna sensíveis às práticas culturais dominantes e são excluídos justamente por não se comportarem em função de tais práticas.

Essa diferença entre grupos e indivíduos mais ou menos humanos também influencia nosso julgamento sobre o comportamento. Do lado do “ser humano padrão”, encontram-se os comportamentos *realmente humanos* e, por isso, valorados positivamente, sendo qualificados como bons, corretos, interessantes, desejáveis, importantes, invejáveis, morais, refinados. Já os comportamentos que se afastam desse modelo são considerados *menos humanos* ou *proto-humanos*, comumente classificados como ruins, incorretos, inadequados, irrelevantes, indesejáveis, imorais, toscos.

Em nossa sociedade as práticas opressivas que constroem essa noção excludente de humanidade são predominantemente sexistas (ver Alves, 2021; CEPAL-ONU, s.d.), LGBTfóbicas (ver Gonçalves et al., 2020; Mendes & Silva, 2020; TGEU & Carsten Balzer, 2021) e racistas (ver CFP, 2017; Engel, 2015; Souza, 2020¹). Conhecer, examinar e discutir essas práticas é crucial não apenas porque pode conduzir a uma formação de analistas do comportamento sensíveis às mazelas da sociedade brasileira, mas também porque sexismo, LGBTfobia e racismo estão na base de muitos problemas comportamentais, alvos de pesquisa e, principalmente, de intervenção da área.

Pautando-se em diferentes estudos, Santos e Diniz (2018) destacam, por exemplo, que “as mulheres são mais acometidas por transtornos afetivos, ansiosos, dissociativos e alimentares que os homens” (p. 39). Violência doméstica, repressão sexual, submissão, restrição ao papel materno são condições favorecedoras do desenvolvimento de problemas psicológicos específicos (e.g., transtornos de humor, ansiedade, transtornos somatoformes, depressão) (Santos & Diniz, 2018). Ludermitz (2008) ressalta que “as desigualdades sociais envolvem os principais sentimentos relacionados à depressão e a outros transtornos mentais [em mulheres], como humilhação, inferioridade, percepção de falta de controle sobre o meio e impotência” (p. 461).

A violência homofóbica pode ser considerada “um importante estressor social, que resulta em vários impactos negativos na saúde mental e na qualidade de vida de homossexuais” (Mendanha & Bernardes, 2018, p. 141). Paveltchuck e Borsa (2019) citam estudos que mostram, por exemplo, como lésbicas, gays e bissexuais exibem níveis mais altos de depressão, ansiedade, abuso de subs-

tâncias e suicídio em comparação com heterossexuais. Indivíduos que fazem parte de populações LGBTQIA+ têm de lidar com fatores estressores associados a um ambiente hostil de intolerância a não-heterossexualidade (e.g., preconceito, discriminação, violência), que constituem um importante fator preditor de problemas de saúde mental. Zucchi et al. (2019) demonstram que “processos de marginalização socioeconômica, estigma e discriminação” (p. 2) estão entre os fatores responsáveis pelos altos indicadores de iniquidades em saúde em travestis e mulheres transexuais, estando associados a aspectos que denotam um “pior bem-estar psicológico” (p. 10).

No Brasil, como os parâmetros de um modo de vida ideal estão associados à população branca, a “população negra é comumente assolada por uma luta constante e, às vezes, inglória, contra o sentimento de inferioridade e, junto com ele, o de culpa por não corresponder àquele suposto ideal, bem como pelo sentimento de angústia por persistentemente passar por situações de opressão” (CFP, 2017, p. 11). Estudos transversais sobre transtornos mentais e raça, que incluam variáveis socioeconômicas (e.g., escolaridade, renda), sugerem “que a prevalência de transtornos mentais é maior na população negra que na população branca”, e que esses achados não podem ser elucidados por variáveis biológicas (Smolen & Araújo, 2017, p. 4026).

O caráter pervasivo das práticas sexistas, LGBTfóbicas e racistas, no Brasil, sugere que, muitas vezes, o sofrimento de indivíduos pertencentes a grupos marginalizados está atrelado a um sofrimento político. Carneiro e Santos (2021) destacaram esse ponto ao defenderem que “é imprescindível notar a implicação do contexto político e cultural sobre a história comportamental do sujeito e como eles, formados por contingências entrelaçadas, são produtos de indivíduos comportando-se coordenadamente” (p. 74). Caberia, então, à comunidade de analistas do comportamento estar sensível a essas iniquidades em seus diferentes contextos de atuação. No entanto, um segundo conjunto de práticas culturais dominantes em nossa sociedade opera justamente dificultando essa sensibilidade.

1 Souza (2018) adota uma concepção ampliada de racismo, que ele define como “não apenas a separação dos seres humanos por raças distintas, mas qualquer separação que construa uma distinção ontológica, independente da experiência concreta, entre seres humanos” (p. 10). Isso significa que o racismo explícito da cor da pele pode ser complementado por um racismo implícito, relacionado ao “estoque cultural” (p. 10) e, portanto, à posição social dos indivíduos. Essa concepção ampliada opera um recorte de classe para compreender o racismo no Brasil, que inclui como fator mais evidente a cor da pele, embora não se restrinja a ele.

Práticas culturais de ocultamento das opressões

Skinner (1953) chamou a atenção para o fato de que “ver” é comportamento operante. Para os propósitos deste ensaio, isso significa que as práticas opressivas dependem de contingências para que possam ser “vistas” e reconhecidas como tais. Em outras palavras, a realidade social não é espontaneamente apreendida por nós: é preciso aprender a vê-la. No Brasil, essa “percepção” é dificultada por algumas práticas culturais dominantes que têm a função de ocultar conflitos e contradições que estão na base das desigualdades de nossa sociedade. Essas práticas de ocultamento se dão por meio da difusão cultural de alguns mitos sociais.

O primeiro deles é o “mito da brasilidade” que tem servido, há décadas, como pedra de toque para a construção de uma identidade nacional no Brasil (Souza, 2020). Esse mito assenta-se no

elogio da unidade, da homogeneidade, da ‘índole pacífica do povo brasileiro’, do encobrimento e da negação de conflitos de toda espécie, assim como, no outro polo, a demonização da crítica e da explicitação de conflitos e das diferenças, ganham . . . sua articulação máxima. (Souza, 2020, p. 45)

O mito da brasilidade é nosso “senso comum”, no sentido de ser o tipo de “autoconhecimento” compartilhado por praticamente todos(as) aqueles(as) que nasceram e se desenvolveram em nossa sociedade (Souza, 2020). A família, a mídia, a indústria do entretenimento, e outras instituições culturais transmitem esse mito de forma quase uníssona, tornando-o uma prática cultural dominante. A permeabilidade do mito da brasilidade apaga ou, pelo menos, dificulta enormemente o reconhecimento de que nossa sociedade é bastante desigual e injusta, e de que essa desigualdade não é “natural”, mas socialmente construída (dados sobre essa desigualdade são relativamente fáceis de serem encontrados em estatísticas oficiais como, por exemplo, IBGE (2019), e em estudos acadêmicos, como de Souza (2020), com destaque para o Anexo 1 do livro).

Uma das expressões do mito da brasilidade é a noção de “democracia racial”, que por muito tempo ensejou práticas de silenciamento e proibição para se tratar do racismo no Brasil. De acordo com essa noção, não haveria conflitos de raças no nosso país porque, em última instância, somos todos mestiços (ver Sales Jr, 2006). Com isso, criou-se uma ilusão de que todos vivem harmonicamente, invisibilizando situações de violência racial e enfraquecendo pautas antirracistas no país.

Graças às conquistas políticas decorrentes da articulação de movimentos antirracistas, a ideia de democracia racial vem perdendo força. No entanto, o mito da brasilidade tem ensejado outra forma de apagamento dos conflitos raciais, a ilusão do “multiculturalismo”, que se expressa em uma glamourização e idealização dos subalternos de nossa sociedade (Rocha, 2020). Essa visão é sistematicamente disseminada pela indústria do entretenimento, com filmes, séries e novelas, assentados no elogio às manifestações culturais e potencialidades criativas das classes mais baixas:

O culto à criatividade do artista da favela, que insiste a despeito de tudo em criar. O culto à simplicidade dos humildes que, a despeito de tudo, insistem em sorrir; todos esses cultos embalam o novo conteúdo da nossa mítica nacional que afirmará agora que o problema fundamental da população miserável brasileira é a falta de apreço pelas suas “manifestações culturais” específicas, e não a sua miséria. (Rocha, 2020, p. 416)

Paralelamente, a violência contra os subalternos da sociedade, a maioria deles negros, é explícita. Chacinas são noticiadas por meios de comunicação em massa como “ocorrências” justificadas, assassinatos em favelas são relativizados, vítimas são convertidas em estatísticas sem rosto (Souza, 2020).

O mito das causas internas é outro conjunto de práticas “descontextualizadoras” em nossa sociedade, que contribui para eclipsar os condicionantes sócio-históricos do comportamento humano (ver Carvalho Neto, Alves & Baptista, 2007). Esse mito ganha concretude em práticas verbais mentalistas que, por meio de teorias internalistas, difundem uma visão de indivíduo autossuficiente, “encapsu-

lado” dentro de si mesmo e, por isso, independente do contexto social (Tourinho, 2006a). Como decorrência, os problemas humanos são concebidos não apenas como problemas individuais, mas como algo interno, subjetivo, “psíquico”.

Nesse processo de “interiorização”, o indivíduo passa a ser considerado o único culpado quando não é capaz de resolver seus problemas por si próprio, fortalecendo-se a prática de “culpabilização da vítima”. Por outro lado, o sucesso é reconhecido como mérito individual, produto do esforço que independe de variáveis contextuais. O mito das causas internas está, portanto, na base do discurso da meritocracia, que pode ser considerada “a ideologia principal do mundo moderno” (Souza, 2020, p. 49). Holland (1978) já tinha indicado esse ponto ao destacar que causas internas são utilizadas pelos que “estão no topo para convencer aos que estão em posições inferiores que eles próprios são os culpados pelas suas dificuldades” (p. 170). Aos ditos bem-sucedidos é reservado um conjunto de causas internas (e.g., vontade, determinação, motivação, inteligência), e aos pobres e não-poderosos outro (e.g., preguiça, falta de ambição e de talento).

O discurso da meritocracia é a forma de as sociedades modernas ocultarem a manutenção de privilégios de classe, subscrevendo a narrativa de que se trata de um sistema que rompeu com a injustiça das sociedades pré-modernas, cuja desigualdade era justificada *naturalmente* pelo simples fato de alguns serem “bem-nascidos”. De acordo com a retórica da meritocracia, a desigualdade em sociedades modernas seria justa, pois estaria assentada em conquistas decorrentes de um esforço individual diferencial (Souza, 2020).

Não por acaso, os “mais esforçados” são geralmente homens brancos, cis, heterossexuais, advindos de famílias ricas ou, ao menos, de classe média. Dados do IBGE (2019) mostram que, em 2018, as mulheres receberam 78,7% do valor dos rendimentos dos homens. As desigualdades são ainda maiores quando se considera cor ou raça: pessoas negras (pretas e pardas) receberam apenas 57,5% dos rendimentos de pessoas brancas. Quando combinado sexo com raça ou cor, o grupo mais privilegiado é o de homens brancos; no outro extremo, o grupo com menos vantagens econômicas é composto pelas mulheres pretas ou pardas, que recebem menos

da metade (44,4%) da renda obtida pelos homens brancos (IBGE, 2019). Em que pese os desafios de mensurar a população LGBTQIA+ no Brasil, relatórios têm indicado que, “em alguns casos, [as pessoas LGBT] estão mais propensas a viver em situações de pobreza do que as pessoas não-LGBT” (Itaborahy, 2014, p. 9), sendo que transexuais e travestis são mais expostas a situações de vulnerabilidade (ver Itaborahy, 2014, cap. 3).

Seriam motivação, interesse e inteligência inatos? O sucesso seria determinado por uma essência, ou gene, presente apenas em homens brancos, heterossexuais e cisgênero? Um informativo do IBGE (2019) de um estudo sobre desigualdades sociais por cor e raça no Brasil sustenta que as discrepâncias em termos de raça ou cor verificadas nos rendimentos auferidos são explicadas “por fatores como segregação ocupacional, menores oportunidades educacionais e recebimento de remunerações inferiores em ocupações semelhantes” (p. 3). A falta de apoio da família, o abandono da escola, o acesso limitado a oportunidades de emprego, a discriminação no trabalho, a desconfiança de bancos e de outras instituições financeiras são fatores que levam grande parte da população LGBTQIA+ à situação de pobreza e vulnerabilidade social (Itaborahy, 2014).

Esses elementos, tomados em conjunto, endossam o argumento de Souza (2020), de que o discurso da meritocracia é uma falácia: “O que vai ser chamado de ‘mérito individual’ mais tarde e legitimar todo tipo de privilégio, não é um milagre que ‘cai do céu’, mas é produzido por heranças afetivas de ‘culturas de classe’ distintas, passadas de pais para filhos” (pp. 28-29). Essas heranças são condições sociais presentes desde a tenra infância para os “bem-nascidos modernos”, em uma transmissão de valores e no ensino de repertórios que são fundamentais para o sucesso em nossa sociedade. Alguns desses repertórios estão diretamente ligados ao sucesso econômico:

O que a classe média ensina aos filhos é comer nas horas certas, estudar e fazer os deveres de casa, arrumar o quarto, evitar que os conflitos com amigos cheguem às vias de fato, chegar em casa na hora certa, evitar formas de sexualidade prematuras, saber se portar em ambientes sociais etc. As famílias de classe média ensinam,

portanto, os “valores” de uma dada “classe”, que são os valores da autodisciplina, do autocontrole, do pensamento prospectivo, do respeito ao espaço alheio etc. (p. 51)

Outros repertórios são importantes para o “sucesso emocional”, ou seja, para lidar melhor ou até mesmo evitar eventuais problemas psicológicos:

Existe um número considerável de famílias de classe média em que as crianças, além de aprenderem ‘como devem se comportar’, aprendem também que elas são ‘um fim em si mesmas’ porque são amadas de modo incondicional pelos pais. Este último elemento permite acrescentar, além do mecanismo disciplinar indispensável ao sucesso nas condições de trabalho capitalistas, um elemento invisível para muitos, mas fundamental tanto na competição social quanto no desafio de levar uma vida com sentido, que é a ‘autoconfiança’. (Souza, 2020, pp. 51-51)

O ponto destacado por Souza (2020) é que esse tipo de aprendizado segue um recorte de classe, o que significa que as classes baixas no Brasil não transmitem os mesmos valores e, por vezes, ensinam o oposto do que é “valorizado” na sociedade. Por exemplo, em relação à sexualidade, nas classes mais baixas é comum que as mulheres sejam estimuladas a iniciar precocemente sua vida sexual. Com isso, elas podem ser “usadas” por pais, padrastos, tios e irmãos mais velhos como objetos sexuais (Souza 2020). Nesse cenário, “qual o sentido de autoconfiança que é possível para esses seres humanos que só aprenderam a usar e serem usados? Que tipo de relação consigo mesmos? Que tipo de relação com os ‘outros?’” (Souza, 2020, p. 53).

O mito das causas internas contribui, assim, para o apagamento dos condicionantes sociais da vida individual, fazendo com que as iniquidades da sociedade e os problemas psicológicos decorrentes sejam concebidos como produtos da falta de esforço daqueles que estão privados, desde o início, das condições para o sucesso financeiro e emocional. A redução de problemas sociais a questões individuais é afiançada com a noção de uma “interioridade” que seria tanto a fonte quanto a possível solução para as dificuldades da vida (Tourinho, 2006a, 2006b).

Elementos contraculturais do Comportamentalismo Radical

Um grupo pode ser considerado contracultural quando suas ações contestam explicitamente valores e práticas culturais dominantes, contribuindo, assim, para a construção de uma nova forma de organização social. O Comportamentalismo Radical exhibe aspectos que, se examinados de uma perspectiva política, dão relevo ao caráter contracultural dessa filosofia do comportamento.

Um dos elementos contraculturais do Comportamentalismo Radical encontra-se em sua concepção multidimensional e antiessencialista de ser humano, balizada pelo modelo de seleção pelas consequências (Lopes & Laurenti, 2014; Lopes, Laurenti & Abib, 2018). É uma visão multidimensional porque o Comportamentalismo Radical insiste que a dimensão ontogenética (pessoa) precisa ser articulada com a biológica (organismo) e a cultural (eu), compondo uma trama epistemológica complexa e transdisciplinar para entender o comportamento humano (Lopes & Laurenti, 2014).

Primordialmente, o comportamento humano depende da história da espécie, que constitui um organismo dotado não apenas de estruturas anatómicas, mas de suscetibilidades ao ambiente que permitiram formas complexas de comportamento, incluindo o comportamento verbal (Skinner, 1981). Além disso, os organismos humanos nascem em uma sociedade composta por uma série de práticas culturais que tornam mais provável a aprendizagem (seja por instrução verbal explícita, seja por modelação) de certos repertórios comportamentais (Skinner, 1981). Essa sociedade não é homogênea, mas composta por diferentes grupos com mais ou menos poder na organização e manutenção de contingências sociais. Isso significa que contingências mantidas por grupos mais poderosos (sobretudo agências controladoras) têm mais chances de vigorarem como práticas culturais dominantes em uma sociedade (Skinner, 1953). É nessa sociedade, dominada por certos grupos, que a história do indivíduo se constrói. Quanto mais próximo estiver (anatômica e comportamentalmente) de membros dos grupos dominantes, o indivíduo terá mais chances de obter os reforçadores

fornecidos por esses grupos – reforçadores que são fundamentais para a vida nessa sociedade.

A concepção de ser humano do Comportamentalismo Radical também é antiessencialista porque os aspectos biológicos, pessoais e culturais característicos do ser humano são entendidos como fenômenos históricos, que, como tais, constituem-se ao longo do tempo (Lopes & Laurenti, 2014). Não há, portanto, um “tipo ideal”, uma essência humana dada *naturalmente* que deveria pautar o julgamento em “graus de humanidade” dos membros da espécie humana. Essa hierarquia é um produto social, construída por práticas culturais que se mantêm porque beneficiam grupos que detêm mais poder de controle do comportamento e, por extensão, mais acesso a reforçadores importantes em uma dada sociedade².

A multidimensionalidade e o antiessencialismo do Comportamentalismo Radical conduzem à conclusão de que a diversidade e a possibilidade de conflito são próprias dos processos de variação e seleção que integram as diferentes dimensões históricas do ser humano. Skinner (1990) destacou esse

ponto, afirmando que o produto da seleção natural não foi uma única espécie, “mas milhões de espécies diferentes, competindo entre si por um lugar no mundo” (p. 1207). Semelhantemente, “o produto do condicionamento operante não é um repertório único e coerente, mas milhares de repertórios menores, que se confrontam e cujos conflitos terão de ser resolvidos de alguma maneira” (p. 1207). Com respeito à cultura, “a evolução de ambientes sociais produziu não uma única cultura, mas muitas que, frequentemente, entram em conflito” (p. 1207). Não cabe, portanto, questionar a existência de diversidade e conflito, mas de explicitá-los e construir maneiras de lidar com essa condição, individual e coletivamente.

Outro componente contracultural do Comportamentalismo Radical é o antimentalismo (ver Carvalho Neto, Tourinho, Zilio & Strapasson, 2012). Ao criticar uma concepção mentalista dos fenômenos psicológicos, essa filosofia do comportamento sugere uma ruptura com a visão de ser humano fomentada pela cultura psicológica tradicional, que surgiu *pari passu* com as demandas das sociedades modernas capitalistas, levando à “*emergência e ao refinamento de processos de individuação*” (Tourinho, 2006a, p. 21).

Em uma visada contracultural, “a abordagem analítico-comportamental viola a norma cultural” (Chiesa, 1994, p. 42) de descrever fenômenos psicológicos como “coisas” localizadas no interior dos indivíduos. A filosofia comportamentalista radical situa esses fenômenos no comportamento, isto é, no âmbito das relações entre indivíduo e contexto (Tourinho, 2006b). Como relações, e não coisas, os fenômenos comportamentais não estão nem dentro nem fora, mas *entre* o indivíduo e o contexto (Lopes & Abib, 2003).

Essa perspectiva relacional opera uma “recontextualização” do indivíduo começando por suas ações. Não basta descrever *como* o indivíduo age (topografia); sempre é preciso considerar o contexto em que ele age para explicar *por que* o comportamento ocorre dessa maneira (função). O mesmo raciocínio deve ser aplicado ao corpo, ou mais precisamente às condições corporais sentidas. O que é sentido não são ocorrências descontextualizadas ou “um fim em si mesmo”, mas mudanças corporais que só ganham elucidação quando inseridas em

2 O Comportamentalismo Radical é um naturalismo, cujo sentido requer elucidação. O ser humano é natural na acepção de que é um produto da evolução por seleção natural, assim como as demais espécies. Mesmo reconhecendo que o ser humano exibe características singulares (e.g., comportamento verbal), as condições para o surgimento delas também foram propiciadas pela seleção natural. Contudo, isso não significa a defesa de um reducionismo biológico, pois Skinner (1981) indica, na proposição do modelo de seleção por consequências, que cada um dos níveis (filogênese, ontogênese e cultura) exibe propriedades próprias, que não podem ser explicadas por meio de uma redução às propriedades pertencentes a outros níveis. Além de apresentar temporalidades distintas, cada nível é regulado por consequências diferentes, e, não raro, entram em conflito. Vale destacar ainda que o naturalismo da filosofia skinneriana também é histórico, o que significa que as características de cada nível precisam ser entendidas de modo processual, sendo constituídas ao longo do tempo, e abertas à mudança. Portanto, o naturalismo do Comportamentalismo Radical opõe-se a uma determinada “naturalização” dos fenômenos sociais, a saber, aquela que incorre em um reducionismo biológico, apela a essências, ou oculta a condição histórico-cultural desses fenômenos, bem como as contradições a ela associadas. Assim, problemas sociais são “naturais” no sentido de não serem *sobrenaturais* e, por isso, precisam ser entendidos sem o apelo a instâncias transcendentais ou transcendentes, mas recorrendo a processos “naturais” históricos e simbólicos, típicos do terceiro nível de variação e seleção.

um contexto sócio-histórico específico. Por isso, de uma perspectiva comportamentalista, o importante não é uma descrição detalhada *do que* o indivíduo sente (até porque isso é impossível), mas uma compreensão do *porquê* ele sente, o que inclui as respostas verbais emitidas quando ele está sentindo.

Além disso, a relação comportamental tem uma dinâmica de “enriquecimento mútuo” que inviabiliza um início absoluto. Isso significa que as ações são produto de um contexto, mas também são, por sua vez, produtoras do contexto. Nas palavras de Skinner (1971), “o próprio homem [sic] pode ser controlado pelo seu ambiente, mas é um ambiente quase inteiramente feito por ele” (pp. 205-206). O reconhecimento dessa dinâmica dá relevo ao caráter antiessencialista e histórico da explicação comportamentalista, pois ser humano e contexto vão se construindo mutuamente ao longo do tempo.

O antimentalismo do Comportamentalismo Radical enseja, portanto, uma perspectiva relacional, contextual e histórica de explicação do comportamento humano que se opõe a uma concepção centrada no indivíduo. Essa não é uma questão meramente “teórica”, pois afeta explicitamente o modo de atuação do(a) analista do comportamento (Chiesa, 1994). Como ressaltou Tourinho (2006b), “a intervenção pautada por uma concepção relacional dos problemas psicológicos não tem como foco o que se passa com o (ou no) indivíduo” (p. 6). Embora cada indivíduo seja único, “o que está sendo considerado particular não são ocorrências internas e pessoais de um indivíduo, mas suas relações com o mundo. Não são particularidades *de cada um*, mas particularidades de *relações*” (p. 6).

Do ponto de vista político, esses pressupostos indicam que a atuação de analistas do comportamento não deveria compactuar com as práticas opressivas e de ocultamento das contradições e conflitos sociais. A noção de diversidade atrelada à perspectiva multidimensional e antiessencialista afasta o Comportamentalismo Radical de concepções reducionistas e essencialistas de gênero, orientação sexual e raça que, não raro, servem de base para respaldar discursos normatizadores e justificar opressões e desigualdades sociais (Louro, 1997). De uma perspectiva comportamentalista, “normal” e “anormal” são valores que integram sistemas éticos mantidos por agências controladoras, com o ob-

jetivo de controle social, e que têm como efeito a exclusão de indivíduos e grupos que se afastam da “norma” instituída por essas agências³.

Ao destacar a dimensão conflituosa dos produtos dos processos de variação e seleção, o Comportamentalismo Radical obriga a Análise do Comportamento a considerar que o conflito é um aspecto indelével dos fenômenos comportamentais: o próprio indivíduo não é um todo harmônico e coerente, como também não o são a espécie e a cultura (Skinner, 1990). A explicitação do conflito, e não seu ocultamento, é uma ocasião para a construção de uma Análise do Comportamento comprometida com os desafios de encontrar formas não-opressivas de enfrentar as contradições de nossa sociedade.

O antimentalismo não subscreve a prática de culpabilizar a vítima e tampouco o discurso meritocrático que explica conquistas pessoais com base na noção de esforço individual. Na medida em que estão centradas no indivíduo, as noções de culpa e mérito são incompatíveis com a perspectiva relacional, contextual e histórica do Comportamentalismo Radical. Como já alertava Holland (1978), “os comportamentalistas (e reformadores radicais) sabem que o crédito ou a culpa é do sistema” (p. 170). Dessa forma, “se as pessoas de uma sociedade são infelizes, se são pobres, se são miseráveis, então são as contingências incorporadas nas instituições, no sistema econômico e no governo é que devem mudar” (p. 170).

Em suma, uma concepção multidimensional, antiessencialista e antimentalista de ser humano são características do Comportamento Radical, que, redescritas de uma perspectiva política, dão relevo ao potencial contracultural da comunidade brasileira de analistas do comportamento. No entanto, para que esse potencial seja realizado, alguns desafios precisam ser enfrentados.

3 Uma tática de agências controladoras para promover a adesão a esse sistema ético é “naturalizar” essas designações tratando-as como descrições de essências. Novamente, isso não encontra guarida nas teses do Comportamentalismo Radical, permitindo uma análise crítica do controle institucional (ver Skinner, 1953, 1971).

Desafios a uma Análise do Comportamento Contracultural

Como mencionado anteriormente, a comunidade de analistas do comportamento está inserida na sociedade brasileira, o que significa que seus membros respondem a muitas das contingências culturais dominantes nessa sociedade. O primeiro desafio para realizar o potencial contracultural dessa comunidade é questionar se analistas do comportamento não estão “vendo” a realidade social do país de posições de privilégio material e simbólico. Por mais que a análise funcional seja uma ferramenta que induz analistas do comportamento a olhar para o contexto e, em particular, para o contexto cultural, “a análise funcional não garante por si só que estamos imunes às nossas próprias suposições culturais” (Bolling, 2002, p. 24). É preciso, portanto, discutir ostensivamente as práticas culturais que podem estar controlando o comportamento de analistas do comportamento de fazer análise funcional (Terry, Bolling, Ruiz, & Brown, 2010). Sem isso, fatores importantes atrelados a marcadores sociais podem ser desconsiderados na análise, aumentando as chances de que o planejamento e a execução de práticas de pesquisa e de intervenção sirvam de “suporte ideológico às relações injustas e desiguais do senso comum” (Souza, 2020, p. 61).

O segundo desafio é garantir que a comunidade brasileira de analistas do comportamento *realmente* adote uma explicação multidimensional, antiessencialista e antimentalista, estabelecida pelo Comportamentalismo Radical. Mais precisamente, é necessário organizar contingências para que tais pressupostos controlem o comportamento de analistas do comportamento. Isso demanda a construção de um consenso na área de que esse tipo de explicação é parte fundamental da identidade da cultura analítico-comportamental brasileira. Desse modo, análises descontextualizadas, a-históricas e unidimensionais do comportamento deveriam ser encaradas como falhas em pesquisas e intervenções, tal como já se faz com os erros de procedimento e problemas no controle de variáveis. Para tanto, discussões que deem visibilidade aos conflitos e contradições de nossa sociedade devem ser consideradas parte crucial da formação científico-pro-

fissional de analistas do comportamento, fazendo com que compromissos teórico-filosóficos (multidimensionalidade, antiessencialismo e antimentalismo) apareçam na “prática” e não apenas como teses abstratas e inócuas. Assim, não basta invocar o modelo de seleção pelas consequências sem, de fato, considerar a dimensão cultural concretamente; não basta criticar o mentalismo, é preciso avançar na crítica à sociedade que tem o mentalismo como uma de suas ferramentas de dominação; ao fazer uma análise funcional do comportamento de um indivíduo, não basta olhar para variáveis ontogênicas ignorando que elas estão entrelaçadas com práticas culturais excludentes e opressivas de nossa sociedade.

O terceiro desafio consiste no autorreconhecimento da comunidade brasileira de analistas do comportamento como um grupo que se afasta radicalmente dos valores da cultura dominante em nossa sociedade. Isso significa assumir e explorar as potencialidades do caráter “marginal” da teoria comportamentalista radical ao invés de tentar ajustar-se ao sistema. Por conseguinte, o trabalho teoricamente coerente de analistas do comportamento será, na maioria das vezes, oposto ao que é prescrito por práticas culturais vigentes. Não há, portanto, um caminho fácil de aceitação desse trabalho *nesta* sociedade, pelo contrário, a tendência é que tenhamos poucos reforçadores fornecidos por agências controladoras.

O quarto e último desafio é uma decorrência dos pontos anteriores. Trata-se de abandonar definitivamente a neutralidade política nas diferentes formas de trabalho da área. Isso significa que analistas do comportamento não apenas precisam discriminar as práticas culturais opressivas e de ocultamento das desigualdades que configuram a cultura dominante na sociedade brasileira, mas que devem se posicionar em relação a essa cultura, discutindo mais sistemática e explicitamente se estão combatendo ou fomentando tais práticas. Uma forma de viabilizar esse aspecto é delinear, de modo programático, estratégias coletivas de combate a diferentes formas de opressão, tanto dentro quanto fora da comunidade de analistas do comportamento. Simultaneamente, é necessário promover estudos que revisem as atividades científico-profissionais de analistas do comporta-

mento brasileiros(as) em relação à responsabilidade social e ao compromisso político de construir uma sociedade mais justa e igualitária.

Considerações finais

Como uma atividade humana, a ciência está sempre contextualizada em uma sociedade. Logo, a compreensão da ciência e, mais especificamente, do fazer científico, exige um exame do contexto social em que essa atividade se dá. Isso não significa, no entanto, afirmar que a ciência necessariamente trabalha *para* a sociedade em que ela está inserida. O caso da ciência moderna é ilustrativo do *ethos* contracultural da atividade científica: mesmo surgindo em uma sociedade pautada por valores medievais, o projeto científico moderno não estava orientado pela manutenção dessa sociedade.

Raciocínio semelhante pode ser aplicado à Análise do Comportamento brasileira. As diferentes formas de atuação dessa comunidade se dão *em* uma sociedade marcada por práticas sexistas, racistas e LGBTfóbicas, e também por práticas de ocultamento dos conflitos, contradições e desigualdades (e.g., mito da brasilidade, mito das causas internas, ideologia da meritocracia). Embora esteja inserida *nesta* sociedade, a Análise do Comportamento brasileira não precisa trabalhar para *esta* sociedade. O reconhecimento de elementos contraculturais do Comportamentalismo Radical caminha na direção de uma “radicalização” dessa filosofia no sentido político, conduzindo à conclusão de que não *deveríamos* atuar para *esta* sociedade. Trata-se de uma retomada do argumento apresentado por Malagodi (1986), que defende uma acepção política de Comportamentalismo Radical

ao insistir de modo inequívoco, que, a fim de efetuar mudanças importantes e duradouras no comportamento humano, devemos mudar contingências importantes no ambiente social... [pois] os problemas sociais têm origem em ambientes sociais, não nas mentes dos indivíduos, e as soluções para eles só podem surgir mudando radicalmente as contingências ambientais. *Não há outro caminho.* (p. 4)

Esse potencial contracultural exige, no entanto, o abandono da noção de neutralidade política na comunidade analítico-comportamental brasileira. A visão de uma ciência politicamente neutra deixa incólume práticas culturais opressivas que podem inclusive controlar o comportamento de analistas do comportamento. Abandonando esse mito, a análise funcional pode se converter em um meio para descortinar formas de controle social excludentes e injustas, e que são responsáveis por muitos problemas investigados e tratados por analistas do comportamento.

Por fim, vale ressaltar que a defesa de uma Análise do Comportamento contracultural não significa uma renúncia à ciência. A aplicação do método científico deve continuar cumprindo o seu papel de detecção e correção de erros instrumentais, procedimentais e de má conduta no processo de produção de conhecimento científico. Trata-se, isto sim, de buscar estratégias para que o rigor e a objetividade da ciência não sejam fomentadores ou indulgentes com práticas opressivas em nossa sociedade, e que a curiosidade científica seja “contaminada” pelas possibilidades de se conhecer a natureza e o comportamento humano *em* um mundo mais justo e igualitário.

Referências

- Abib, José Antônio Damásio. (2004). O que é comportamentalismo? In M. Z. da S. Brandão et al., *Sobre o comportamento e cognição* (Vol. 13, pp. 52-61). Santo André, SP: ESETec Editores Associados.
- Alfonso-Goldfarb, Ana Maria. (2004). *O que é história da ciência*. São Paulo: Brasiliense.
- Alves, Isabela. (2021, 6 de abril). Brasil cai 26 posições em ranking global de igualdade de gênero. *Observatório do terceiro setor*. Disponível em: <https://observatorio3setor.org.br/noticias/brasil-cai-26-posicoes-em-ranking-global-de-igualdade-de-genero/>
- Bacon, Francis. (1944). *Advancement of learning and novum organum*. New York: Willey Book. (Original publicado em 1620).
- Bandeira, Lourdes, & Batista, Analía S. (2002). Preconceito e discriminação como expressões

- de violência. *Revista Estudos Feministas*, 10(1), 119-141. <https://dx.doi.org/10.1590/S0104-026X2002000100007>
- Bast, Felix. (2020). In defence of curiosity driven basic scientific research. *Science Reporter*, 57(02), 21-24. <http://nopr.niscair.res.in/handle/123456789/53612>
- Bauman, Zygmunt. (2008). *Medo líquido*. (C. A. Medeiros, Trad.). Rio de Janeiro: Jorge Zahar. (Original publicado em 2006).
- Bolling, Madelon. Y. (2002). Research and representation: A conundrum for Behavior Analysts. *Behavior and Social Issues*, 12, 19-28. doi: 10.5210/bsi.v12i1.76.
- Carneiro, Karina da Silva, & Santos, Bruna Colombo dos. (2021). Valores feministas na clínica comportamental: Reflexões baseadas em bell hooks. *Acta Comportamental*, 29(2), 61-79. Recuperado de: <http://www.revistas.unam.mx/index.php/acom/article/view/79613/70289>
- Carvalho Neto, Marcus Bentes de, Alves, Ana Carolina Pereira, & Baptista, Marcelo Quintino Galvão. (2007). A “consciência” como um suposto antídoto para a violência. *Revista Brasileira de Terapia Comportamental e Cognitiva*, 9(1), 27-44. <https://doi.org/10.31505/rbtcc.v9i1.144>
- Carvalho Neto, Marcus Bentes de, Tourinho, Emmanuel Zagury, Zilio, Diego, & Strapasson, Bruno Ângelo. (2012). B. F. Skinner e o mentalismo: Uma análise histórico-conceitual (1931-1959). *Memorandum: Memória e História em Psicologia*, 22, 13-39. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/memorandum/article/view/6588>
- CEPAL – ONU. (s.d.). *Observatório de igualdade de gênero da América Latina e do Caribe – Brasil – Perfil do País*. Acessado em 06/07/2021. Disponível em <https://oig.cepal.org/pt/paises/7/profile>
- Chiesa, Mecca. (1994). *Radical behaviorism: The philosophy and the science*. Boston: Authors Cooperative, Inc., Publishers.
- Cohen, I. Bernard. (March, 1981). Newton’s discovery of gravity. *Scientific American*, 244(3), 166-179. doi: 10.1038/scientificamerican0381-166
- Collins, Patricia Hill. (2000). *Black feminist thought: Knowledge, consciousness, and the politics of empowerment* (2a ed. rev.). New York: Routledge.
- Conselho Federal de Psicologia. (2017). *Relações raciais: Referências técnicas para atuação de psicólogas/os*. Brasília: CFP. Disponível em: <https://site.cfp.org.br/publicacao/relacoes-raciais-referencias-tecnicas-para-pratica-dao-psicologia/>
- Cuche, Dennys. (1999). *A noção de cultura nas ciências sociais*. (V. Ribeiro, Trad.). Bauru: Edusc. (Original publicado em 1996).
- Engel, Cíntia Liara. (2015). *A violência contra a mulher*. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/retrato/pdf/190215_tema_d_a_violencia_contra_mulher.pdf
- Gonçalves, Alice Calixto, et al. (2020). *A violência LGBTQIA+ no Brasil*. São Paulo: Clínica de Política de Diversidade da FGV Direito SP. Disponível em: <https://baptistaluz.com.br/institucional/a-violencia-lgbtqia-no-brasil/>
- Hirsch Jr., E. D., Kett, Joseph F., & Trefil, James. (2002). Counterculture. In *The new dictionary of cultural literacy*. New York: Houghton Mifflin.
- Holland, James G. (1978). Behaviorism: Part of the problem or part of the solution? *Journal of Applied Behavior Analysis*, 11(1), 163-174. <https://doi.org/10.1901/jaba.1978.11-163>
- IBGE (2019). *Estudos e Pesquisas, Informação Demográfica e Socioeconômica – Desigualdades sociais por cor ou raça no Brasil*, n. 41. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101681_informativo.pdf
- Itaborahy, Lucas Paoli (2014). *Pessoas LGBT vivendo em pobreza no Rio de Janeiro*. Disponível em: <https://mrifoundation.global/wp-content/uploads/2014/12/20141204-report-port.pdf>
- Laurenti, Carolina, Lopes, Carlos Eduardo, & Abib, José Antônio Damásio. (2020). On usefulness of the useless: Philosophy as the consciousness of scientific knowledge. *Behavior and Philosophy*, 48, 91-108. Disponível em <https://behavior.org/wp-content/uploads/2021/05/BP-V48-10-Laurenti-Lopes-Abib-RP.pdf>
- Lopes, Carlos Eduardo, & Abib, José Antônio Damásio. (2003). O behaviorismo radical como filosofia da mente. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 16(1), 85-94. <https://doi.org/10.1590/S0102-79722003000100009>

- Lopes, Carlos Eduardo, & Laurenti, Carolina. (2014). Comportamentalismo. In S. F. Araujo, F. Caropreso, G. A. Castanon, & R. T. Simanke (Orgs.), *Fundamentos filosóficos da psicologia contemporânea* (pp. 87-130). Juiz de Fora: Editora da UFJF.
- Lopes, Carlos Eduardo, Laurenti, Carolina, & Abib, José Antônio Damásio, (2018). *Conversas pragmatistas* (2a ed. rev. ampl.). Curitiba: CRV.
- Lopes, Carlos Eduardo. (2008). Uma proposta de definição de comportamento no behaviorismo radical. *Revista Brasileira de Terapia Comportamental e Cognitiva*, 10(1), 1-13. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-55452008000100002&lng=pt&tlng=pt.
- Louro, Guacira Lopes. (1997). *Gênero, sexualidade e educação: Uma perspectiva pós-estruturalista*. Petrópolis, RJ, Vozes.
- Ludermir, Ana Bernarda. (2008). Desigualdades de classe e gênero e saúde mental nas cidades. *Physis: Revista de Saúde Coletiva*, 18(3), 451-467. doi: <https://dx.doi.org/10.1590/S0103-73312008000300005>
- Malagodi E. F. (1986). On radicalizing behaviorism: A call for cultural analysis. *The Behavior Analyst*, 9(1), 1-17. <https://doi.org/10.1007/BF03391925>
- Mariconda, Pablo Rubén. (2006). O controle da natureza e as origens da dicotomia entre fato e valor. *Scientiae Studia*, 4(3), 453-472. <https://doi.org/10.1590/S1678-31662006000300006>
- Mendanha, Ana Claudia Tibães, & Bernardes, Luiz Antonio. (2018). Transtorno de ansiedade social e a não aceitação da homossexualidade: Revisão narrativa. *Pretextos*, 3(6), 132-152.
- Mendes, Wallace Góes, & Silva, Cosme Marcelo Furtado Passos da. (2020). Homicídios da população de lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais ou transgêneros (LGBT) no Brasil: Uma análise espacial. *Ciência & Saúde Coletiva*, 25(5), 1709-1722. doi: 10.1590/1413-81232020255.33672019
- Oliveira, Marcos Barbosa de. (2008). Neutralidade da ciência, desencantamento do mundo e controle da natureza, *Scientiae Studia*, 6(1), 97-116. <https://doi.org/10.1590/S1678-31662008000100005>
- Paveltchuk, Fernanda de Oliveira., & Borsa, Juliane Callegaro. (2019). Homofobia internalizada, conectividade comunitária e saúde mental em uma amostra de indivíduos LGBT brasileiros. *Avances en Psicología Latinoamericana*, 37(1), 47-61. <https://doi.org/10.12804/revistas.urosario.edu.co/apl/a.6155>
- Rocha, Emerson. (2020). Cor e dor moral: Sobre o racismo na ralé. In J. Souza, *A ralé brasileira: Quem é e como vive* (3a ed. ampl.) (pp. 385-417). São Paulo: Contracorrente.
- Roszak, Theodore. (1969). *The making of a counter culture: Reflections on the technocratic society and its youthful opposition*. New York: Doubleday & Company.
- Sales Jr., Ronaldo. (2006). Democracia racial: O não-dito racista. *Tempo Social* 18(2), 229-258. <https://doi.org/10.1590/S0103-20702006000200012>.
- Santos, Luciana da Silva, & Diniz, Gláucia Ribeiro Starling. (2018). Saúde mental de mulheres donas de casa: Um olhar feminista-fenomenológico-existencial. *Psicologia Clínica*, 30(1), 37-59. <https://dx.doi.org/10.33208/PC1980-5438v0030n01A02>
- Skinner, Burrhus Frederic. (1953). *Science and human behavior*. New York: Macmillan.
- Skinner, Burrhus Frederic. (1971). *Beyond freedom and dignity*. New York: Alfred A. Knopf.
- Skinner, Burrhus Frederic. (1981). Selection by consequences. *Science*, 213(4507), 501-504. <https://doi.org/10.1126/SCIENCE.7244649>
- Skinner, Burrhus Frederic. (1990). Can psychology be a science of mind. *American Psychologist*, 45(11), 1206-1210. <https://doi.org/10.1037/0003-066X.45.11.1206>
- Smolen, Jenny Rosen, & Araújo, Edna Maria de. (2017). Raça/cor da pele e transtornos mentais no Brasil: Uma revisão sistemática. *Ciência & Saúde Coletiva*, 22(12), 4021-4030. doi: 10.1590/1413-812320172212.19782016
- Souza, Jessé. (2020). *A ralé brasileira: Quem é e como vive* (3a ed. ampl.). São Paulo: Contracorrente.
- Souza, Jessé. (2018). *Subcidadania brasileira: Para entender o país além do jeitinho brasileiro*. Rio de Janeiro: Leya.
- Terry, Christeine, Bolling, Madelon Y., Ruiz, Maria R., & Brown, Keri. (2010). FAP and feminist

- therapies: Confronting power and privilege in therapy. In Jonathan W. Kanter, Mavis Tsai & Robert J. Kohlenberg (Eds.), *The practice of functional analytic psychotherapy* (pp. 97-122). New York: Springer.
- TGEU & Carsten Balzer. (2021). *Trans murder monitoring*. Disponível em <https://transrespect.org/en/map/trans-murder-monitoring/>
- Tourinho, Emmanuel Zagury. (2006a). Mundo interno e autocontrole. *Revista Brasileira de Análise do Comportamento*, 2(1), 21-36. doi:<http://dx.doi.org/10.18542/rebac.v2i1.800>
- Tourinho, Emmanuel Zagury. (2006b). Relações comportamentais como objeto da psicologia: Algumas implicações. *Interação em Psicologia*, 10(1), 1-8. doi:<http://dx.doi.org/10.5380/psi.v10i1.5792>.
- Wanzinack, Clovis, Signorelli, Marcos Claudio, & Reis, Clovis. (2018). Homicides and socio-environmental determinantes of health in Brazil: A systematic literature review. *Cadernos de Saúde Pública*, 34(12), e00012818. doi: <http://doi.org/10.1590/0102-311X00012818>.
- Zucchi, Eliana Miura et al. (2019). Bem-estar psicológico entre travestis e mulheres transexuais no Estado de São Paulo, Brasil. *Cadernos de Saúde Pública*, 35(3), 1-13. <https://doi.org/10.1590/0102-311X00064618>.

Informações do Artigo

Histórico do artigo:

Submetido em: 08/07/2021

Aceito em: 14/12/2021

Editor Associado: Liane Dahás